

ATA DA VIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 21-3-2018.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, José Freitas, João Carlos Nedel, Moisés Barboza, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. A seguir, por solicitação de Reginaldo Pujol, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Darci Madruga. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Aldacir Oliboni, José Freitas, Moisés Barboza, André Carús, Marcelo Sgarbossa, Felipe Camozzato, Prof. Alex Fraga, Rodrigo Maroni, Cláudio Janta, Professor Wambert e Mauro Pinheiro. Em continuidade, foi apregoado o Ofício nº 005/18, de Sofia Cavedon, comunicando, nos termos do artigo 227, §§ 6º e 7º, do Regimento, sua participação, no dia quinze de março do corrente, em debate sobre os direitos das mulheres, em Osório – RS. Também, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Alvoní Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 021/17 (Processo nº 0355/17). Ainda, foi apregoada a Emenda nº 03, assinada por Alvoní Medina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 095/17 (Processo nº 0921/17), e foi aprovado Requerimento de autoria de Alvoní Medina, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de Comissões Permanentes. Às quinze horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação Nominal, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 024/17 (Processo nº 2745/17), com Veto Parcial. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 147 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 024/17, por vinte e dois votos SIM e nove votos NÃO, considerando-se rejeitado o Veto oposto, após ser encaminhada à votação por Adeli Sell, Fernanda Melchionna, João Carlos Nedel, Cláudio Janta, João Bosco Vaz e Moisés Barboza, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Valter Nagelstein e Não Dr. Goulart, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Após, foi apregoado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando Licença para

Tratamento de Saúde no dia treze de março do corrente. Em Discussão Geral e Votação Nominal, esteve o Projeto de Lei do Executivo nº 025/17 (Processo nº 3051/17), o qual, após ser discutido por João Bosco Vaz, Fernanda Melchionna, Airto Ferronato, Cláudio Janta e Mauro Zacher, teve sua discussão suspensa em face da inexistência de quórum deliberativo. Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por João Bosco Vaz, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 367 e 331/17, este discutido por Cassiá Carpes, Cláudio Janta e Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Ricardo Gomes. Durante a Sessão, Adeli Sell e Reginaldo Pujol manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Também, foram registradas as presenças de Gilson Oliveira, vereador de Canoas – RS –, e de Kevin Krieger, ex-vereador deste Legislativo. Às dezessete horas, a Presidenta declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e Mônica Leal e secretariados por Cláudio Janta. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Darci Madruga, carnavalesco.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, público que acompanha nossa Sessão nesta tarde, eu queria aqui dizer, em nome da nossa bancada, dos Vereadores Adeli Sell, Marcelo Sgarbossa, Sofia Cavedon, que ontem ocorreu uma reunião importante na COSMAM, presidida pelo nosso colega, Ver. Cassio Trogildo, em que tivemos a grata satisfação de receber aqui na Casa os coordenadores ou diretores do que, para nós, seria o hospital veterinário. Ficamos surpresos com a informação de que não se trata de um hospital, mas de uma Unidade de Saúde Animal. Todos nós sabemos que o Governo anterior, quando existia ainda a secretaria chamada SEDA, inaugurou em Porto Alegre um hospital veterinário para tratar da saúde dos animais. De lá para cá, em 2017, não houve a licença ambiental, portanto não se abriu nem hospital, nem unidade de saúde dos animais. Para nós, que vimos uma empresa privada investir R\$ 7 milhões naquele instrumento que deveria ser público, e que esperamos que seja público, e que foi divulgado inclusive nessa parceria

para ser hospital aqui na Região Leste de Porto Alegre, mais precisamente no bairro Lomba do Pinheiro, divisa com Viamão, ao lado do Parque Saint’Hilaire, ou dentro deste parque, ali se estabelecerá, então, o hospital veterinário. Vejam só, senhores e senhoras, nós recebemos ontem a informação de que não será mais hospital, porque ele não teria servidores, funcionários para ter um pronto atendimento 24 horas, porque hoje existem oito médicos veterinários, e, para ter um pronto atendimento portas abertas, deveria ter mais três médicos veterinários e um orçamento anual de mais de R\$ 500 mil. Por causa disso, então, o Governo Municipal decidiu não mais instituir ali o hospital. Nós sabemos todos nós, nobres cidadãos e cidadãs, que esse instrumento público construído e equipado através de uma parceria com a Grendene – não sei o que essa empresa ganhou, só sei que investiu R\$ 7 milhões, não foi dito aqui, ao menos eu não sei o que ela ganhou de compensação – tem que estar de portas abertas a todos os cidadãos e cidadãs. Dito ontem, os atendimentos são das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h. Nós queremos um pronto atendimento, porque esse instrumento construído tem emergência, bloco cirúrgico, UTI, tem capacidade de atender 120 animais que poderão ficar em observação. E agora recebemos a informação de que será, Ver. Cassio, uma Unidade de Pronto Atendimento. As ONGs que estavam todas presentes, registrando a sua indignação, os cidadãos que estavam presentes, todos registrando a sua indignação, fazem um apelo para que a Câmara Municipal continue discutindo esse assunto para convencer o Executivo para que, de fato, Ver. Freitas, possamos ter um hospital veterinário com capacidade que a própria estrutura oferece, com pronto atendimento, e mais do que isso: com a possibilidade de atender a todos, principalmente os animais de rua, os animais que estão absorvidos pelas ONGs e dos cidadãos que não têm condições de pagar uma clínica particular. Portanto, o apelo deste Vereador, que foi, inclusive, atendido pela Comissão, em 60 dias, estaremos fazendo uma visita naquele local, na qual, concordado com o Ministério Público Municipal nessa reunião, fará o amplo planejamento a pequeno, médio e longo prazo, na ideia de que a Câmara será sensível em aprovar recursos para que então se estabeleça o hospital público, mas um hospital veterinário público de portas abertas. E não como é hoje: ligar para o 156 e tentar um atendimento. Então, reforçamos aqui este apelo. E para que muitos não façam demagogia aqui dizendo que é um hospital, porque o Governo diz que não é. Nós queremos que seja um hospital veterinário estendido a todos os cidadãos que possuem um animal e que não têm condições de pagar atendimento particular. É um direito de todo cidadão.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. José Freitas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOSÉ FREITAS: Boa tarde, Presidente, colegas Vereadores, público que nos assiste, eu venho aqui fazer uma breve prestação de contas, porque ontem representei a Casa na Assembleia Legislativa no Grande Expediente, proposto

pelo Deputado Sergio Peres, e o tema era “Homenagem ao trabalho social das igrejas nos presídios e no centro de recuperação de drogadição no Rio Grande do Sul”. Na homenagem foi ressaltada a expressiva reinserção social de apenados, de pacientes que recebem auxílio espiritual além das dificuldades para o exercício da evangelização em função da ausência de estrutura para atendimento das demandas. Hoje o trabalho espiritual realizado nesses locais alcança um trabalho essencial à recuperação humana, algo que o Poder Público não consegue alcançar. A homenagem foi realizada para todas as igrejas, no entanto quero ressaltar alguns dados relativos ao trabalho da Igreja do qual eu e o Ver. Alvoní Medina fazemos parte.

Estamos em 106 presídios no Rio Grande do Sul, 80% das casas penitenciárias com 1.100 voluntários, hoje temos 24 espaços de ressocialização que oferecem curso de informática, artesanato e orientação jurídica. A ideia é de que, nos próximos meses, sejam construídos mais 30 espaços em mais 30 presídios. Na nossa sede da Igreja Universal, aqui no Centro, temos um serviço dedicado aos egressos do sistema prisional, e com esse trabalho 480 ex-presidiários foram ressocializados através da conquista de empregos formais e informais. Então, é um trabalho que muitos não sabem que acontece. A ressocialização dos apenados é um trabalho que as igrejas fazem dentro dos presídios por este Estado do Rio Grande do Sul. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. José Freitas. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde, colegas e a quem nos acompanha pela TVCâmara e aqui nas galerias também. Eu solicitei este espaço para comemorar alguns resultados e fazer um justo reconhecimento à equipe de trabalho da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre. Muitos ocupam este espaço aqui preocupados com tantas coisas que ainda precisamos realizar no Município. Nós sabemos que há muitos anos há esse problema muito grande de a despesa caber dentro da receita. Mas os resultados que eu recebi hoje formalmente são importantes. Nós precisamos reconhecer esse esforço, esse profissionalismo e esse brilhante trabalho que o Secretário Erno, o Pablo e todos os técnicos da Secretaria da Saúde estão dedicados a transformar nessa área. Temos 269 leitos fechados nos últimos quatro anos, mas já nesta Administração teremos mais novos leitos até o final deste semestre. É importante deixar claro que somos cobrados, às vezes, na responsabilização de algumas instituições que recebem recursos públicos, acabam fechando e terminando com alguns leitos. Mas nós temos que ter responsabilidade de eleger prioridades e dizer que o dinheiro público não pode ser mal utilizado. São dois postos de saúde até agora abertos até as 22h, totalizando mais de 20 mil atendimentos, 86% dos casos são resolvidos na hora; o maior número de leitos psiquiátricos, desde o fechamento do Hospital Psiquiátrico São Pedro; onze novas ambulâncias adquiridas no SAMU. E aí alguns levianos dizem: “Mas nós não estamos

com crise financeira?”. Sim, mas o elogio cabe à competente gerência do Fundo, que fez com que conseguíssemos adquirir essas 11 ambulâncias.

O Telessaúde zerou, pelo menos na questão dermatológica, a fila que existia de 5.380 pessoas em fila de espera. E tivemos aqui, inclusive com a participação de nobres colegas, nesta semana, a abertura da Clínica da Família, em parceria do Município com o Moinhos, que é uma Unidade de Saúde da Restinga, que vai funcionar das 8h às 20h, um espaço moderno, de atendimento na hora, para desafogar outros atendimentos, que acabam superlotados na nossa Cidade.

Então, queremos reconhecer e agradecer por este brilhante trabalho da equipe da saúde. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pelas plataformas digitais – agora temos transmissão ao vivo das sessões da Câmara pela página do Parlamento no Facebook –, pela TVCâmara, enfim, eu, utilizando o espaço de Liderança do nosso partido, o PMDB, gentilmente cedido pelos meus colegas de bancada, quero fazer uma reflexão preliminar sobre um tema muito importante vinculado à promoção da qualidade de vida de todos nós, que é a água.

Amanhã nós comemoramos, no dia 22 de março, o Dia Mundial da Água. Por isso, nós temos que estar atentos e sempre refletindo sobre o papel que temos enquanto cidadãos na preservação dos nossos recursos hídricos, porque são eles que nos garantem vida e saúde.

Trago alguns exemplos, justamente na Semana das Águas, quando eventos internacionais estão sendo realizados em Brasília, como o Fórum Mundial das Águas e também o Fórum Alternativo das Águas, eventos estes que contam com grande participação da sociedade e de especialistas no tema. O Brasil é, hoje, o responsável e detentor de 12% das águas superficiais dos rios do planeta, temos os maiores mananciais. Porto Alegre, por exemplo, tem no lago Guaíba o seu principal manancial hídrico e a ele recorre para tratar a água que chega para o consumo da população. Nós também trouxemos alguns dados que valem a reflexão: 83% dos brasileiros são atendidos com abastecimento da água tratada; são mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso a esse serviço básico, um número bastante elevado; a cada 100 litros de água coletados e tratados, em média, somente 63 litros são consumidos, ou seja 37% da água, no Brasil, é perdida, seja com vazamentos, roubos, ligações clandestinas, falta de medição ou medições incorretas do consumo da água, resultando no prejuízo de R\$ 8 bilhões. A soma do volume da água perdida por ano no Brasil nos sistemas de distribuição das cidades daria para encher seis sistemas equivalentes ao tamanho do Sistema Cantareira. A região Sudeste, uma das mais populosas do nosso País, apresenta

91,24% de atendimento total de água. Enquanto isso, a região Norte, quase a metade, um sistema bastante precário, apresenta somente 55,37%. A média do consumo *per capita* de água no Brasil em três anos é de 165 litros por habitante ao dia. Em 2014 o consumo foi um pouco menor, 162. Enfim, nós precisamos debater o consumo, o tratamento e o combate ao desperdício de água no Brasil. Isso passa por ações do Poder Público, passa por investimentos do setor público e também do setor privado, quando esse é responsável por essa finalidade, mas passa fundamentalmente por uma ação de cidadania, pois a população não pode mais favorecer o desperdício da água. E Porto Alegre sempre foi referência nesse tema, temos aqui o DMAE, o nosso Departamento Municipal de Água e Esgoto, patrimônio da Cidade. E é importante que neste ano, quando se comemora o Dia Mundial da Água, em pleno 2018, tenhamos aqui pautado pelo Poder Executivo e, tramitando na Câmara Municipal, um debate sobre o presente e o futuro do DMAE, se será ou não objeto de parceria público-privada, preservado o controle público sobre a gestão do saneamento no espaço urbano. Precisamos refletir, precisamos debater, já ampliamos em muito em Porto Alegre o tratamento do esgoto. Embora se diga que não se tem 50% tratado, nós já alcançamos, sim, mais de 66% com os recursos aplicados pelo Pisa, o Programa Integrado Socioambiental. Temos que reforçar a fiscalização, sobretudo em relação às ligações clandestinas, para que nós não tenhamos também, a cada início de ano, no verão, quando antecede o outono, o mau cheiro, o odor e a qualidade da água comprometida na nossa Cidade. Precisamos qualificar cada vez mais o tratamento. E deixo aqui um convite a todos os colegas Vereadores, Vereadora e à população de Porto Alegre, a partir do nosso mandato vamos promover na próxima sexta-feira, dia 23, aqui no Plenário Ana Terra, o Seminário Desafios do Saneamento para Porto Alegre. Teremos dois painéis, um sobre a universalização do saneamento, gestão, financiamento e controle social; e outro sobre segurança hídrica e qualidade da água. Vamos contar no primeiro painel com o atual Diretor do DMAE, Darcy Nunes; os ex-Diretores Flávio Presser e Antônio Elisandro, e também o Diretor de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, André Silveira. E no último vamos debater, com a Assemæ e a ABES, o Comitê do Lago Guaíba e Secretaria da Saúde, a qualidade da água em Porto Alegre. Fica o convite, contamos com a participação de todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. André Carús. Tema fundamental. O que eu observo é o seguinte, as pessoas reclamam da política, reclamam dos Vereadores, reclamam do Parlamento, quase nunca participam da vida do Parlamento, pouquíssimas pessoas de Porto Alegre vêm a nossa Câmara de Vereadores, que é aberta e recebe a todos em todas as sessões. Nós estamos buscando ampliar essa participação agora, transmitindo pelas redes sociais, pelo Facebook a partir do início deste ano também, para ver se aumenta isso. E falo todos os dias da reclamação de muitas pessoas com relação à questão da água. E só para ficar nesse tema, sei que vários Vereadores aqui, como eu também, há mais de dez anos, têm cobrado um ponto de

captação de água diferente em Porto Alegre. Então, para que não se diga que o Vereador não faz, que o Vereador não cobra, que o Vereador não participa, que o Vereador não exige, agora, o que o cidadão aí fora precisa compreender é que Poder Legislativo é Poder Legislativo, e Poder Executivo é Executivo. Não se pode pegar o Secretário da SMOV pelo braço e fazer com que ele tape um buraco. Não se pode pegar o Presidente do DMAE pelo braço e fazer com que ele ponha um cano de captação lá no Jacuí. Nós temos os nossos limites. Acho que mais do que nunca, agora, no aniversário de Porto Alegre, essa questão dos limites da atividade parlamentar e das competências do Legislativo precisam ficar claras, porque as pessoas, via de regra, não sabem disso, e, quando têm problemas lá no Executivo, jogam para nós o problema. E esse problema não é nosso. E o que nos cabe, tenho certeza, cada um dos 36 vereadores está fazendo.

O SR. ADELI SELL: Pedi a palavra para que o Ver. Pujol e eu pudéssemos convidar toda a Casa e toda a Porto Alegre para os festejos de aniversário de Porto Alegre, mais especificamente para os do Brique da Redenção. Todo mundo sabe que Porto Alegre faz aniversário no dia 26, que é a data oficial, mas no domingo começarão os grandes festejos dos 40 anos do Brique. Nós vamos ter uma solenidade aqui no dia 5, vai ter um mês inteiro de atividades, vai ter um jornal especial, foram entrevistados ex-Prefeitos, o Villela, o Pujol, que foi o idealizador do Brique, e secretários. E sabemos que V. Exa., como Secretário da SMIC, cuidou do Brique da Redenção. Então, permita-nos repetir aqui, falo em nome de todos nós, mas especialmente em nome do idealizador, nosso Grande Ver. Reginaldo Pujol, que, há 40 anos, estava lá para fazer a construção de algo que é um ícone da cidade de Porto Alegre.

O SR. REGINALDO PUJOL: Gostaria de registrar que isso, inclusive, de certa forma, cumpre uma determinação de V. Exa., que autorizou a constituição de um grupo de trabalho, especialmente com essa finalidade. Esse grupo de trabalho teve sua oficialização um pouco retardada por razões que não valem a pena serem colocadas, mas que ainda nos permite, junto ao Ver. Adeli e ao Ver. Cecchim, que fazem parte do grupo de trabalho e mais a nossa relações públicas, a partir de domingo, nesse ato espontâneo e simbólico que vai se realizar, de integrar a Câmara de Vereadores nos festejos dos 40 anos do Brique.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Só para um esclarecimento, no domingo, os Vereadores irão visitar o Brique da Redenção, é isso? Por favor, Ver. Adeli, gostaria do horário e do local.

O SR. ADELI SELL: Nós vamos estar lá, a partir das 10h, no entorno do Expedicionário. Depois, vamos nos encontrar por ali, tipo 10h30min. Às 10h45min, vamos dar uma caminhada. Está aqui também o Ricardo Gomes, que foi Secretário, alguns outros foram secretários e não estão aqui neste momento, mas estamos articulando, então, para que um grupo significativo de Vereadores se encontre ali, possa

caminhar e depois tomar um cafezinho, conversar, adquirir aqueles produtos maravilhosos, *souvenirs*, obras de arte no Brique da Redenção.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Domingo às 10h da manhã, em frente ao Monumento do Expedicionário, os Vereadores que quiserem se somar ao grupo que foi constituído aqui com vistas aos festejos do aniversário de Porto Alegre, mais especificamente do Brique da Redenção, estão todos convidados.

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Uma boa tarde a todos. Ocupo novamente o espaço de Liderança de oposição e a notícia é muito recente, é de ontem à tarde, então talvez nem os Líderes do PSOL e do próprio Partido, PT, saibam da notícia, mas por uma relação de confiança, sei que concordam com o tema, até porque não teriam como não concordar. O fato é que em torno de 20 dias atrás foi inaugurado o novo sistema de aluguel de bicicletas em Porto Alegre, o Bike POA, uma nova empresa assumiu o lugar da empresa anterior, e isso gerou uma grande expectativa, que neste sentido da qualidade das bicicletas, eu poderia dizer que, passados alguns dias, estão sendo atendidos, as bicicletas são boas na sua tecnologia, na sua robustez, e lembrando que Porto Alegre, comparativamente com outras Capitais e Cidades onde foi implementado o sistema de aluguel de bicicletas, Porto Alegre é uma das cidades que mais houve adesão. Refiro-me a 2012 quando foi inaugurado o sistema, infelizmente às vésperas da eleição, mas essa é outra história, e o fato é que as pessoas aderiram ao sistema, e percentualmente mais utilizam a bicicleta aqui em Porto Alegre do que grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Ocorre que a empresa que até então tocava e era responsável pelo contrato, talvez por falta de fiscalização do Executivo, acabou que essas bicicletas não estavam mais nas estações ou, se estavam, não estavam mais em condições de ser utilizadas. Portanto, foi perdendo aquela confiança necessária quando utilizado para a mobilidade diária de muitas pessoas, portanto as pessoas deixaram de utilizar as bicicletas. Bom, essa história é do passado, o fato é que nós temos uma nova empresa, aparentemente mais capacitada e com mais recursos, mas aconteceu que o Prefeito inaugurou o novo sistema, duas a três semanas atrás, e nós percebemos que desde a inauguração, na mesma noite... Está aqui o Presidente Rodrigo Dilelio, do Partido dos Trabalhadores, que também apoia esta questão. Fomos verificar os valores que passaram a ser cobrados dos usuários do aluguel de bicicletas. E para nosso espanto, os valores em alguns casos dobraram, dobraram. Pois bem, nós tínhamos uma dúvida, porque do que lembrávamos efetivamente não estava previsto esse reajuste, e, realmente, foi o que se confirmou, tanto no edital de 2012, quanto no contrato havido com a empresa, está ali bem claro que não será passível de reajuste as tarifas das bicicletas de aluguel. No entanto, sem nenhuma explicação, a Prefeitura autorizou esse aumento, em alguns momentos até o dobro do valor cobrado anteriormente. Apesar de ser clara a infração aos direitos das pessoas, ao edital e ao contrato, nós, ao invés de buscarmos a judicialização da questão, subimos a esta tribuna,

fizemos o alerta, percebemos que não surtiu efeito, buscamos então o Ministério Público de Contas do Estado, Dr. Geraldo da Camino que, na ontem de ontem, anunciou a sua entrada com a medida cautelar pedindo justamente a revisão desses valores, o cancelamento da suspensão da cobrança dos valores acima dos previstos no edital e no contrato. Então, aqui é uma demonstração de tentativa de diálogo, em primeiro momento, de atenção às questões da Cidade, em especial uma questão que não é só de um Vereador ou de outro Vereador, mas da Cidade toda que precisa ver, nas bicicletas, uma alternativa como transporte, como sistema. Volto a falar aqui, sou um entusiasta do sistema, apesar de não utilizá-lo por ter uma bicicleta própria, mas incentivador, fiscalizador. Não é a primeira vez que a Câmara se dedica a esse tema, o Ver. Alberto Kopittke, quando estava aqui, presidiu a Comissão de Direitos do Consumidor, também trouxe o tema, para a nossa provocação. Então, já nos reunimos várias vezes com a empresa e torcemos para que, desta vez, o Executivo tenha um olhar mais atento, para que, de novo, os porto-alegrenses, homens e mulheres, não sejam frustrados com essa boa alternativa, com esse ponto positivo que é termos bicicletas dessa qualidade em Porto Alegre. Fica o alerta, estaremos vigilantes, esperamos que haja algum tipo de equívoco, mas parece não haver, porque está bem claro no contrato e no edital. Então, fica aqui a nossa vigilância em relação aos temas da Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde colegas Vereadores; boa tarde, Presidente, obrigado. Gostaria de aproveitar este tempo de Liderança para fazer uma prestação de contas do trabalho da Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Esta Frente teve suas atividades ao longo do ano de 2017, é composta por 11 colegas Vereadores, e de pronto já quero agradecer e parabenizar todos eles por terem ajudado a construir esses resultados que vou trazer hoje. Destaco os Vereadores componentes da Frente Parlamentar: Ver. Adeli Sell, Ver. Dr. Thiago, Ver. Idenir Cecchim, Ver. João Carlos Nedel, Ver. Ricardo Gomes, Ver. Mendes Ribeiro, Ver. Moisés Barboza, Ver. Professor Wambert, Vereador-Presidente Valter Nagelstein, Ver.^a Comandante Nádia, Ver. Cassiá Carpes, esses são os membros formais vinculados à Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, e agradeço novamente a participação e apoio fundamental a esta pauta, o que permitiu trazer os resultados que vou listar a seguir.

A ideia da Frente Parlamentar, desde o princípio, é de facilitar a relação do empreendedor com a Cidade, principalmente com o Legislativo de Porto Alegre, e os

objetivos são reduzir o custo para empreender na nossa Cidade, reduzir o tempo para se abrir uma empresa em Porto Alegre e subsidiar os empreendedores, também secretários e prefeitos, com as alterações legislativas que podem impactar seus negócios, tanto positivamente quanto negativamente, ou seja, que afetem suas atividades.

Quanto às reuniões: tivemos 19 reuniões ao longo do ano, essas reuniões foram com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, para tratar, por exemplo, do projeto das podas urbanas, proposto pelo Ver. Moisés Barboza, um dos integrantes da Frente Parlamentar, e entendido pela Frente Parlamentar como um projeto de desburocratização, e sobre o tema fizemos uma reunião aberta, quase uma audiência pública, e tratamos das dúvidas decorrentes dele; recebemos aqui na Câmara Municipal quatro associações titulares de classe, de bares e restaurantes, entidades de hospedagem e hotelaria, de *food trucks*, entre outros, para tratar sobre dificuldades que existem, sejam decorrentes da legislação de Porto Alegre, sejam decorrentes do processo do Executivo no dia a dia do seu licenciamento, no dia a dia das suas atividades, do acompanhamento das suas atividades, de modo a facilitar essa relação e permitir que a gente tenha um ambiente mais propício para o desenvolvimento das atividades econômicas. Lembro que desenvolvimento econômico é bom para toda Porto Alegre, gera mais renda, mais empregos e, no final das contas, contribui para maior arrecadação do Município, especialmente neste momento de dificuldades financeiras.

Tivemos a interlocução com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, também com o DMLU. Além disso, fizemos um comparecimento na CUTHAB para tratar do projeto dos *food trucks* – decorrente da frente parlamentar –, reuniões com *food trucks*, reuniões externas de serviços da Freped. Aqui (Referindo-se à apresentação em PowerPoint.) foi quando a gente apresentou o Boletim do Empreendedor, um serviço que busca prestar contas de que propostas legislativas estão tramitando na Casa, podendo alterar positivamente ou negativamente o ambiente de negócios da Cidade. Recebem esse serviço mais de 200 empreendedores e entidades cadastradas por *e-mail*. Constam, também, nesse *e-mail*, todas os integrantes da frente parlamentar, para que eles saibam quem está trabalhando na pauta.

Decorrentes desse trabalho, nós tivemos dez propostas de revogação de leis, sendo que cinco delas foram encaminhadas via outra frente parlamentar, que foi muito parceira nesta Casa, que é a Frente Parlamentar de Desburocratização e Revisão Legislativa, também chamada de Revogação, liderada pelo Ver. Valter Nagelstein e pelo Ver. Professor Wambert. A partir disso, também, nós fizemos um projeto de lei em coautoria com outros Vereadores integrantes da frente, um projeto que flexibiliza e aperfeiçoa a legislação de *food trucks* na Capital.

Ainda sobre resultados sociais, entregamos para o Município de Porto Alegre uma pesquisa com mais 130 bares e restaurantes sobre a coleta de lixo no Município. Descobrimos, através dessa pesquisa, que mais de 60% dos empreendedores de bares e restaurantes não estava a par do descarte correto de resíduos sólidos e orgânicos no Município. Portanto, por meio disso, nós conseguimos ajudar na orientação desse descarte e também na melhoria do processo de recolhimento do próprio lixo por parte da Prefeitura.

Fizemos também a entrega do Boletim do Empreendedor, que eu já mencionei. Foram dez edições enviadas por *e-mail*. Nessas dez edições, constaram mais de 96 projetos de lei mapeados em tramitação na Câmara que puderam ter contribuição das entidades e dos empreendedores cadastrados.

Por último, então, quero agradecer e parabenizar novamente todos os Vereadores que participaram dessa frente parlamentar. De pronto, quero fazer um convite a todos. Dado esse trabalho das duas frentes parlamentares – revogação, revisão de legislativa, empreendedorismo, desburocratização – achamos por bem estender esse trabalho de simplificação legislativa a um novo âmbito, a um âmbito de comissão especial. Eu gostaria não de liderar esse processo, mas sim de contar com a ajuda de todos os Vereadores que se interessam por essa pauta, que acreditam que o desenvolvimento econômico é bom para Porto Alegre e contribui com a Cidade, especialmente em momento de arrecadação, para que sejam coautores dessa proposição, desse requerimento de constituição de comissão especial para que a gente possa tratar do tema. Já estamos começando com o mapeamento e seriam mais de centenas de legislações do Município que poderiam ser compiladas, simplificadas, dentre as mais de dez mil leis ordinárias que hoje Porto Alegre possui. Em breve, vou conversar com cada um de vocês para convidá-los para quem quiser ser coautor dessa iniciativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Cumprimento V. Exa. pelo trabalho da Frente. Ainda há bastante para fazermos nesse aspecto. Tenho certeza de que este ano teremos outras missões.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde aos que acompanham nossos trabalhos na tarde de hoje; agradeço o espaço na tribuna neste período de Liderança do meu Partido, o PSOL, ao Ver. Roberto Robaina e à Ver.^a Fernanda Melchionna, para passar dois recados. O primeiro, em relação à manifestação de que 96% das obras da orla do Guaíba na região do Gasômetro estão concluídas. A Prefeitura anunciou que vai abrir esta semana o processo de licitação para os espaços de bares e restaurantes do local. O nosso Gabinete estará bastante atento a esse processo licitatório. Fazemos questão de acompanhá-lo muito de perto justamente porque nós temos, dentro da estruturação desse projeto, o comprometimento da gestão passada com a realocação dos ambulantes que foram removidos daquela região e que agora estão ajeitados de certa forma bastante precária próximo ao anfiteatro Pôr do Sol, mas que tinham a garantida de que, concluídas as obras, teriam um espaço destinado a suas atividades no projeto de reestruturação. Portanto, vamos acompanhar. Queremos que esses ambulantes sejam dignamente recolocados dentro do espaço que lhes foi definido no projeto original do escritório do Jaime Lerner que qualifica a nossa Cidade, a nossa Porto Alegre, mas também precisa reacomodar esses trabalhadores e trabalhadoras que estão, de forma

precária, ocupando um espaço próximo à Orla, mas que está longe de ser o ideal. Precisamos, então, estar todos atentos, e já avisamos de antemão que o nosso Gabinete estará muito presente nesse processo, vamos acompanhar cada etapa do processo licitatório, acompanhando a legalidade e a realocação desses trabalhadores.

Eu gostaria também de adentrar o momento que se comemora amanhã o Dia Mundial da Água, como foi destacado anteriormente nesta tribuna pelo Ver. André Carús, trazendo alguns dados lamentáveis do nosso Rio Grande do Sul. No último levantamento feito pelo IBGE, em 2013, dos dez rios mais poluídos do Brasil, o nosso Estado conta com três deles. Todos eles tributários do Delta do Jacuí, do nosso sistema de abastecimento do nosso ponto de captação de águas para tratamento na cidade de Porto Alegre. Lamentavelmente, o Rio dos Sinos ocupa a quarta posição como o rio mais poluído do nosso País, o Gravataí ocupa a quinta posição, e o rio Caí, que é um rio bastante modesto, o oitavo lugar. Isto é terrível! Nós precisamos, como integrantes, deste ambiente natural ser corresponsáveis pela qualidade das águas. Nós precisamos buscar parcerias entre os municípios vizinhos para qualificar os nossos sistemas de esgotamento sanitário e tratamento de esgoto cloacal, que são os principais degradadores da qualidade dos rios Gravataí e Caí. O Sinos tem um problema muito grande com relação aos rejeitos da indústria coureira e calçadista, e isso deteriora as suas águas e acaba com a taxa de oxigênio livre. Portanto, acarretam um grande prejuízo para todo sistema hídrico do nosso Lago Guaíba. Não é responsabilidade direta do Município de Porto Alegre, mas nós precisamos fazer a nossa parte e firmarmos parceria com os municípios da região metropolitana, para qualificarmos as águas e avançar no tratamento dos esgotos para a melhoria da saúde da nossa população. Um grande abraço a todos e que possamos, no próximo Dia Mundial da Água, ter notícias melhores para trazer. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Prof. Alex.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Muito obrigado, Presidente Valter; queria, de imediato, pedir ao menino que cuida ali para me dar presença porque eu não consegui fazer no painel da mesa. Queria dar boa tarde aos Vereadores, Vereadoras, colegas da Câmara, em especial ao pessoal do Ceprima que está aqui, além da Cecopam. Estava comentando que o meu avô faz parte do Ceprima e é teu vizinho. Eu morei, até quase meus 18 anos, entre a Brasiliano e a Santiago. Joguei muita bola ali no Ceprima, apesar de não ter talento, a gente ficava tardes e tardes revezando no futebol. E, hoje, meu avô, literalmente com 90 anos, vai, com a sua namorada, duas a três vezes por semana jogar nilcon, um jogo para idosos. Ele já tinha me pedido, no ano passado, para fazer um pedido com relação à quadra que já estava se deteriorando; na verdade, não no ano passado, mas no retrasado, no ano de 2016. É uma quadra que está igual há 30 anos e, lamentavelmente, o pessoal está utilizando. E, como as praças... Até

quero, Ver. Moisés... Tem sido uma luta conseguir revitalizá-las. Tinha a pracinha da IAPI na esquina da Brasiliano, onde a gente também jogava bola, e vi que estava abaixo de mal tempo. O IAPI já foi – eu me lembro – um lugar muito bom de se viver e eu vivi praticamente toda a minha infância ali, e hoje vive essa realidade bastante delicada para as pessoas poderem se divertir. Não tenho passado na Pedro, mas eu acho que está mais ou menos.

Eu também queria falar aqui em relação ao resgate de animais que tenho feito. Faz tempo que não falo sobre isso, meu parceiro do PSB, que é parceiro da proteção. Nós temos enfrentado, Adeli, tu que és um cara da causa animal, muita dificuldade com relação à política pública dos animais, isso sempre. Mas quero dizer aqui por que o meu trabalho tomou um destaque bacana no Estado todo. Porque, até aqui, e fico muito feliz porque tinham Parlamentares que pegavam o tema para fazer projetos com relação à causa animal, inclusive Parlamentares eleitos pela causa animal. Ontem, na COSMAM, quando do debate sobre o hospital, eu explicava bastante sobre isso, mas do que um Parlamentar, porque um Parlamentar faz projetos, um Parlamentar cobra o Executivo, eu, na verdade, nem me considero um Parlamentar, e isso fez a diferença no meu trabalho. Poderia ter sido com a educação, poderia ter sido com a saúde, poderia ter sido com qualquer outro tema, eu resolvi, vindo da praia, pegar os animais. E hoje, na verdade, o meu trabalho, 99%, é de protetor de animais. O número de projetos que encaminho aqui, os quais, inclusive, tenho muito dificuldade para serem aprovados, a maior parte não é aprovado, são sérios, muitos para dar visibilidade para a causa animal. No ano passado, fiz uns dez pancada mesmo assim, coisa de louco, até me questionavam: “Bah!, Maroni, tu és louco mesmo?!” Talvez seja. Mas louco assim sem internar? Talvez, sim. Mas fiz os projetos para dar visibilidade para a causa animal por enfrentar no dia a dia a realidade dos animais que está cada vez pior. Até hoje, no Brasil, infelizmente, só tinha Parlamentar da causa animal, pessoas que têm dinheiro para se apresentar numa campanha, tirar uma foto com cachorro, tirar uma foto com gato na véspera da eleição e ponto. É defensor de animais, é um Parlamentar da causa animal, não alguém que vivesse o cotidiano, o dia a dia dos protetores, daqueles que vivem no meio da merda, no meio do sangue, no meio da pulga, no meio da cinomose. Ontem, comentava com uma protetora, só no Dilúvio, pulei oito vezes para resgatar animais. Só dentro do arroio Dilúvio. Esse é um mérito do Maroni? Não. Na verdade, me coloco na condição de protetor, mas é o mérito de todos os protetores que enfrentam a morte. Estava falando com a Ana, hoje convivo com a morte semanalmente, quatro, cinco, seis casos, enfim. Na minha rede social, tenho pedido para o pessoal pedir por ali, ou pelo WhatsApp, é muito pedido, tem um pouco da realidade que passa que não chega às autoridades. A política pública no Brasil e no Rio Grande do Sul, na minha opinião, apesar de ser trágico, é um dos piores Estados – são 525 Municípios agora –, pois não tem nem sequer um diretor para cuidar do tema dos animais, mesmo um burocrata lá dentro, que não vá fazer nada, um burocrata que vá encaminhar para a castração, para a política pública, para tentar castrar ou atender, não tem esse burocrata, essa pessoa. Eu, inclusive, defenderia que fosse feito concurso público para ter diretores responsáveis dentro do Município, para ser permanente, que um indivíduo que fosse

sensível ficasse 20, 30, 40 anos e fizesse carreira dentro das instituições para defender os animais.

Eu sou chamado para casos no Nordeste, onde é primitivo, é quase um México. No México, é liberado o cara dar facada, fazer rinha de galo, fazer rinha de cachorro. No Nordeste do Brasil, os caras cortam o pescoço de um animal, o Nordeste é literalmente a Palestina dos animais. Muito obrigado, Presidente Valter, pela sensibilidade, e a minha solidariedade ao que tu querias fazer com relação ao aniversário da Câmara, eu acho que a tua intenção foi, como sempre, muito boa, tu és uma pessoa muito séria.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Ver. Maroni, o senhor tem total liberdade na tribuna, cada Vereador tem, só quero deixar consignado, não como Presidente, mas como Vereador, que discordo da expressão “é a Palestina dos animais”. É a minha causa, a causa que eu defendo e eu me oponho totalmente a essa adjetivação. Tenho o maior respeito pelo povo palestino e acho que é uma questão bem mais complexa do que isso. Eu acho que o está acontecendo na Síria está mais adequado para nós pintarmos esse quadro. Muito obrigado.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu venho falar em tempo de Liderança do meu partido. Na semana de aniversário de Porto Alegre, teremos vários eventos, muitos deles organizados pela população da Cidade. Mas nós temos um evento que está sendo organizado pela Prefeitura, que está convidando os Vereadores desta Casa, mas também está convidando alguns ex-Prefeitos de Porto Alegre, para a exposição do painel Linha do Tempo e O Caminho de Porto Alegre. Essa exposição retrata desde 1890, ocupando todo o lado esquerdo do Paço Municipal e vai até o segundo andar, num tamanho descomunal. Fiz um Pedido de Informações questionando se o Epahc autorizou aquilo, que é desproporcional, no patrimônio da cidade de Porto Alegre. Isso porque até hoje o nosso Mercado Público não consegue fazer uma escada interna, não consegue instalar internamente um ar-condicionado, não consegue resolver problemas graves, assim como outros prédios em Porto Alegre, o antigo prédio da Brahma, por serem patrimônio cultural e patrimônio histórico da nossa Cidade. E aqueles painéis no Paço Municipal, com certeza, fogem, por tamanho e proporção, de quaisquer questões do patrimônio histórico. Outra informação que solicitamos foi qual critério e quem coordenou a exposição? Se há, houve ou haverá uma comissão curadora da Comissão? Se foi realizada uma licitação para a escolha das fotos, qual o critério para a escolha, quanto custou e quem pagou a exposição? Se houve alguma doação do acervo fotográfico? Se, sim, indicar os doadores, os curadores e todas as pessoas envolvidas. Por que isso? Se a Prefeitura não consegue, e demonstra isso com os vetos no orçamento, R\$ 60 mil para arrecadar, no mínimo, R\$ 3 milhões com a Parada Livre; se a Prefeitura não consegue

dar as condições mínimas para realizar o carnaval em Porto Alegre seja com o desfile das escolas de samba no Porto Seco, seja com os blocos de rua na Cidade Baixa ou na orla do Guaíba; se a Prefeitura não consegue realizar as procissões religiosas em Porto Alegre; se a Prefeitura não consegue cumprir o calendário de eventos aprovado na cidade de Porto Alegre; se a Prefeitura não consegue cumprir nenhuma atividade cultural na cidade de Porto Alegre porque não tem recursos; se a Prefeitura ainda diz que não consegue fazer coisas mínimas, como a capina, a poda, a fiscalização de vários órgãos; se a Prefeitura não consegue resolver a gestão da FASC, os problemas dos moradores de rua; se a Prefeitura não consegue resolver as questões das piscinas comunitárias — vetou uma emenda, está aqui o pessoal das associações, as crianças que usam as piscinas comunitárias estão aqui hoje —, como é que a Prefeitura consegue, novamente, fazer uma promoção pessoal do Prefeito? Porque ela inicia em 1890 e termina com a foto atual do Prefeito. Novamente, o Prefeito se autopromovendo, ou ele está se despedindo do seu mandato, porque tem um prazo legal para sair agora, até o dia 6 de abril — daqui a pouco o Prefeito irá concorrer a algum outro cargo. Acho que já cumpriu a sua tarefa de destruir a cidade de Porto Alegre, esse Prefeito que não gosta de pobre, esse Prefeito que repele pobre, mas é um Prefeito completamente narcisista, porque lança um filme da sua vergonha nos bairros. Ele não tem nada para entregar para a população de Porto Alegre, e ainda usa o programa Prefeitura nos Bairros, usa dinheiro público, para fazer seu filme. E agora usa dinheiro público, pelo jeito, para fazer a sua exposição, onde inaugura a sua foto. Busca 1890, mas chega até a sua posse, usando e dilapidando o patrimônio histórico da cidade de Porto Alegre. Então nós fizemos um Pedido de Providências ao Epahc, fizemos um Pedido de Providências à Secretaria da Cultura, porque não tem dinheiro para nada na cidade de Porto Alegre, mas apareceu dinheiro para essa exposição, como estranhamento apareceu dinheiro para o filme muito malfeito, de muito mal gosto, que fizeram no final do ano, assim como aparece dinheiro para esse programa Prefeitura nos Bairros, que nada mais é do que uma promoção pessoal do Prefeito, que pelo jeito deve estar abandonando a Cidade, porque abandonada a Cidade já está, deve estar renunciando ao seu mandato, porque se despede inaugurando a sua foto no Paço Municipal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cláudio Janta.

O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, serei breve. Quero deixar meu registro e a minha homenagem porque hoje é o Dia Internacional da Síndrome de Down. Nós avançamos muito para vencer o preconceito contra essas pessoas que, embora sendo diferentes, também são iguais; são diferentes porque têm uma natureza muito especial, com uma genética ligeiramente especial, mas compartilham conosco a mesma natureza humana, a mesma dignidade de filhos de Deus

como todos nós. Queremos deixar registrada a nossa alegria pela superação do preconceito, da discriminação. Eu venho de uma geração que desde a escola não estava preparada para enfrentar esse desafio; as estruturas culturais do tempo em que eu estudava não estavam preparadas para enfrentar a diferença em sala de aula: o nível de *bullying* era altíssimo. Temos que comemorar muito porque muita coisa mudou. Já temos pessoas com Síndrome de Down dando aula - a primeira professora com Síndrome de Down no Brasil é do Rio Grande do Norte, colabora com a educação infantil; atuando como parlamentares, exercendo as mais diversas profissões. O primeiro passo para vencermos a discriminação é reconhecer também as diferenças, as limitações, que, aliás, Presidente, todos nós as temos, alguns mais, outros menos, mas o que importa é a dignidade, o respeito e a inclusão que essas pessoas merecem no convívio social. Eu quero deixar também a minha homenagem, o meu reconhecimento pelo trabalho extraordinário que as APAEs fazem no Brasil inteiro, em particular as 205 APAEs do Rio Grande do Sul – uma rede gigantesca, de voluntariado, de solidariedade. Na última audiência com o Prefeito em que estive acompanhando o Arcebispo de Porto Alegre, em que a igreja deu uma demonstração extraordinária, Ver. Ricardo Gomes, de testemunho cristão de solidariedade, a igreja foi oferecer ao Prefeito ajuda no cuidado aos moradores de rua. Está vindo a Porto Alegre uma congregação feminina, freiras que se dedicam somente a moradores de rua – isso é um exemplo extraordinário. Por que eu estou citando isso, quando mencionei aqui a APAE? Porque o Estado tem muitas funções a realizar, mas nós não podemos esperar do Estado amor. O agente do estado cumpre com seu dever, pode até amar à profissão, mas ele não é pago para amar, porque o amor não pode ser exigível e nem comprado com o salário do final do mês. Só quem ama é o ser humano, de pessoa para pessoa, quando há empatia, quando há um reconhecimento, quando há uma identidade com o outro, por isso, a importância da sociedade. E eu tenho muita fé na sociedade protagonizando a ação social, e protagonizando as ações de solidariedade, eu tenho muita confiança. Eu digo mais, Vereadores, eu tenho uma fé inabalável no ser humano, por mais que eu tenho me decepcionado com ele. Se eu não tivesse fé no ser humano, eu não seria Vereador e tão pouco professor. O ser humano é capaz de tudo. Como diz o Viktor Frankl: o mesmo ser humano que inventou as câmaras de gás, é capaz de entrar nessas câmaras de gás com a cabeça erguida e uma oração nos lábios. O ser humano é aquele que escolhe o que ele quer ser no uso da sua liberdade, o mau uso ou o bom uso.

Eu quero deixar a minha homenagem a toda a rede da APAE do Rio Grande do Sul, que escolheu o bem, que escolheu servir, que escolheu o amor e que escolheu a solidariedade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Professor Wambert. Eu quero me somar à sua manifestação, e tenho certeza que é em nome de todos os Vereadores, e consignar esta data em homenagem a todos portadores da Síndrome de Down. Quero dizer que temos que fazer uma sociedade cada vez mais

inclusiva, se todos forem educados para isso, nós não vamos ter que explicar a respeito de diferenças, elas serão naturalmente entendidas.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Obrigado, Presidente Valter, demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara e nas galerias, eu quero falar sobre dois assunto neste momento de Lideranças. Um deles é uma preocupação, Ver. Cassiá Carpes, ontem eu soube que na sua Comissão esteve o Subcomandante do Corpo de Bombeiros para falar sobre o CETE. Infelizmente, eu me equivoquei com a data e acabei não estando presente, mas hoje, lendo o jornal Zero Hora, a coluna do Paulo Germano, amigo do Ver. Rodrigo Maroni, tem uma indagação do Presidente da Associação Dos Amigos e Moradores do Bairro Menino Deus quanto à entrada das pessoas civis depois de construído o prédio do Corpo de Bombeiros lá no Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE. O que me preocupa é que a resposta do Subcomandante dos Bombeiros diz: “Só o tempo vai nos dizer. Não sei como será. Então, não posso dizer nem que sim, nem que não”. Admitiu o Coronel Evaldo à coluna. Então, Vereadores, o que me preocupa é que hoje a população e várias entidades utilizam esse espaço do CETE para a prática dos mais diversos esportes, e o comando do Corpo de Bombeiros não dá garantias que no futuro o cidadão poderá utilizar esse espaço. É um espaço muito utilizado pelos nossos atletas e por várias entidades esportivas. Então, eu acho que nós, como Vereadores desta Casa, apesar de ser um projeto estadual, o Corpo de Bombeiros, nós temos a preocupação de intermediar para que exista uma cláusula junto desse contrato para que as entidades civis possam utilizar esse espaço no futuro. Porque nós sabemos que no futuro pode trocar o Comando da Brigada, trocar o Governo e dizer: “Não, aqui ninguém mais entra”. E nós sabemos como funcionam as instituições militares. Então, essa é a minha preocupação quanto ao CETE.

Também quero aproveitar este espaço, o Ver. Prof. Alex Fraga, não o vejo aqui no plenário, falou da sua preocupação com os ambulantes da orla do Guaíba, se eles estarão ou não contemplados dentro do projeto da revitalização da orla. Quero dizer, Vereadores, público que nos assiste, que eu tive a oportunidade, Ver. João Carlos Nedel, de ir até a nossa orla verificar a revitalização da orla e fiquei surpreso com a qualidade que terá esse 1,3 quilômetro da orla do Guaíba. Felizmente, pela primeira vez, nós vamos ter um pedaço da nossa orla que vai ficar muito qualificado. Eu estive lá, existe uma construção de quatro bares, mais um restaurante que é projetado dentro do Guaíba, e existem também dois espaços que estão reservados para esses ambulantes, que eram os que existiam anteriormente dentro da orla. Existem 19 espaços contemplados para eles. Conversei com o Ver. Moisés e com o Líder do Governo, que nos falou que existe um Grupo de Trabalho junto com a Secretaria Institucional, no qual está se discutindo e avançando com essas pessoas, inclusive, dando qualificação para esses ambulantes para que eles possam utilizar esses espaços. Realmente não vai haver mais ambulantes, porque eles terão a oportunidade de terem o seu comércio construído dentro da orla, num espaço muito qualificado. Então, eu acho que a Prefeitura de Porto

Alegre está de parabéns com a qualificação, e digo isso não só a essa gestão, porque este é um projeto que já vem da gestão anterior. E esperamos que, em breve, seja inaugurado aquele espaço e que, realmente, seja um espaço qualificado, que Porto Alegre, pela primeira vez na sua história, esteja de frente para o Guaíba utilizando o nosso rio, que é uma dádiva que nos foi dada. E que seja bem utilizado aquele comércio, com as lojas e os espaços que os antigos ambulantes poderão utilizar de forma qualificada. E que a Prefeitura dê essa qualificação a esses ambulantes para que possam se tornar pequenos empreendedores de sucesso, para atender o nosso público, pois tenho certeza de que será um grande cartão postal da cidade de Porto Alegre. Quem ainda não teve oportunidade de ir lá, eu recomendo aos Vereadores a irem até a orla olhar. A partir do dia 26, está marcado, Ver. Nedel, a inauguração da primeira parte onde ficarão os barcos. E ali, realmente, está ficando muito bonito e vai qualificar a cidade de Porto Alegre. Então, eu quero parabenizar tanto a gestão anterior quanto a atual por esse brilhante trabalho com a nossa orla do Guaíba e a qualificação dos nossos ambulantes para que se tornem empreendedores na nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. Eu quero, Srs. Vereadores, agradecer e cumprimentar a visita do Ver. Gilson Oliveira, nosso colega Vereador aqui de Canoas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Canoas, Presidente do Partido Progressista na nossa cidade vizinha. Vereador Gilson, seja muito bem-vindo sempre a nossa Casa, disponha de todos nós aqui, e é muito importante a troca de experiências entre a Câmara de Porto Alegre e a Câmara de Canoas, bem como de todas as Câmaras da Região Metropolitana. Bem-vindo, Ver. Gilson. Um abraço!

Apregoo o Memorando nº 005/2018, de autoria do Ver.^a Sofia Cavedon, nos termos do art. 227, §§ 6º e 7º, do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação no evento Marcha Mundial das Mulheres, do Sindicato dos Bancários do Litoral Norte, no Município de Osório, no dia 15 de março de 2018.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLL nº 021/17.

Apregoo a Emenda nº 03, de autoria do Ver. Alvoní Medina, ao PLL nº 095/17.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 095/17 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h31min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO NOMINAL

(encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 2745/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 024/17, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2018.

Parecer:

- da **CEFOR**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-03-18 (sexta-feira);

- Emenda nº 96 NULA por falta de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação a Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.)

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; todo povo precisa de saúde, educação, assistência social. Só isso? O povo precisa de cultura, lazer, entretenimento, precisa ter a praia do Lami despoluída, para aproveitar os finais de semana. O povo precisa das suas piscinas, o povo precisa das piscinas comunitárias! Lembro, os mais antigos, os idos tempos da FESC, quando ela estava cuidando disso; depois, nós tivemos a FASC; nós criamos a Secretaria Municipal de Esportes, e houve uma evolução e um cuidado. Quantas e quantas pessoas, nos calorentos dias de verão em Porto Alegre, não puderam usufruir as nossas piscinas? Elas deveriam ser mais bem cuidadas, ser abertas com horários mais flexíveis, porque o povo da periferia tem que ter o direito ao seu lazer. É o povo que mais trabalha e, ao trabalhar, vai mais longe em busca do seu emprego, portanto, é curto o tempo para diversão, para entretenimento, para lazer. E estar numa piscina, movimentar o corpo, usar este espaço também é saúde. O quanto nós poderíamos ser melhores se nós tivéssemos mais lazer, mais entretenimento, mais horas livres, mais bibliotecas. Por

sinal, se tem uma coisa positiva nos últimos dias em Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein, é que a Biblioteca Pública está agora abrindo aos sábados, porque ela, finalmente, foi entregue à população. Isso é maravilhoso, o povo poder usufruir a cultura, o lazer.

Aqui tem um médico na minha frente. Dr. Thiago, não é importante para a saúde física e mental das pessoas o lazer, a vivência coletiva numa piscina, trocando ideias, se divertindo? Piscina pública, pública! Hoje poucos têm acesso. Digo mais: os próprios clubes privados, que cobram altas mensalidades – em alguns, temos que comprar um título –, são para poucos, porque hoje, com a modernização, as pessoas têm piscina em condomínios fechados, mas o povo da vila, o povo da periferia, o povo das comunidades tem as suas piscinas comunitárias e devem continuar a tê-las. É um direito! Nós estamos aqui para apelar a cada um e a cada uma dos senhores e das senhoras para aprovarmos este projeto de lei.

Ver. Alvoní Medina, que cuida tão expressivamente do nosso idoso: não é bom um idoso poder sair e entrar numa piscina pública perto da sua casa, ter seu espaço? É muito importante, Vereador. É importante para quem cuida da vida das pessoas, no seu caso, com uma preocupação grande com a questão do idoso.

Ver. Alex, Ver. Robaina, Ver.^a Fernanda, nós estamos aqui para apelar aos nossos colegas para que a gente junto construa uma cidadania melhor, uma vida melhor, Comandante Nádia. Por isso nós precisamos apostar nesses equipamentos, que são públicos, eles têm que ser cuidados. É tão pouco o que a gente pede! Por isso, por favor, vamos juntos, unidos pelas piscinas de Porto Alegre, pela vida, pelas pessoas, por Porto Alegre! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; falo em nome do PSOL, do Ver. Prof. Alex Fraga e do Ver. Roberto Robaina; primeiro, eu queria agradecer todas as Lideranças por esperarem o fim do nosso debate no TRE. Eu sei que houve um momento de aguardar a entrada na Ordem do Dia em função do evento do qual participavam todas as Vereadoras da Câmara, discutindo o filme “As Sufragistas” e debatendo a questão das mulheres na atualidade. Houve uma sensibilização aí para nos esperar para entrar na Ordem do Dia. Eu estava agradecendo, porque eu falei na reunião de Mesa e Lideranças, pedindo que não ingressassem em função dessa agenda previamente marcada por todas nós.

Nós estamos, de novo, discutindo um veto intransigente do Governo Marchezan. Um veto que é, na verdade, um absurdo diante da situação das piscinas em Porto Alegre. Duas piscinas não abriram neste verão escaldante. Não preciso dizer a ninguém, aqui na Câmara de Vereadores, que o verão está cada vez pior, e que os

únicos instrumentos de lazer, de esporte, de desenvolvimento de muitas crianças, adolescentes e famílias são as piscinas públicas. O Cegeb e a Elizabeth estão com problemas estruturais. Além do que as outras piscinas, Ver. Prof. Alex, abriram de maneira descontínua. Teve anos, o Bosco me falava, que todas abriram dia 15 de dezembro. É uma política pública de longa data mantida por todos os governos que passaram, e que deveria, na nossa opinião, ser ampliada. Este ano, algumas abriram em dezembro, outras em janeiro, outras no final do verão, outras não abriram. Eles disseram para nós que, ao fechar a Secretaria Municipal de Esportes, não acabaria a política pública de esportes, que as piscinas comunitárias não seriam atingidas, que ia seguir a política nos bairros. Claro que nós, da oposição, conhecemos o Marchezan e não caímos nessa cantilena enfadonha e votamos contra o fechamento da SME. O que aconteceu? A política está desmoronando! E não só a política no que diz respeito às piscinas; a FASC, a política de água, a política de assistência, a política de saúde; a educação está sofrendo, porque os professores estão sendo massacrados, e as escolas estão desmoronando. Nós estamos vendo um governo antipovo. O Marchezan é um governo antipovo. Acho que ele é um cara antipovo, deve ter crescido em bons colégios, com piscina para ir no verão, nunca ter precisado bater ponto e ter carteira assinada, a vida do trabalho... Parece que é um cara que vive em uma realidade paralela, uma realidade paralela daqueles que não passam pelas necessidades que o nosso povo passa, porque é inacreditável que alguém possa vetar emendas para investir nas piscinas comunitárias. Eu não consigo conceber que isso possa ter acontecido. Nós queremos, neste encaminhamento, que haja a gravação, Ver.^a Sofia, no orçamento, como foi o objeto da tua emenda, e que nós, do PSOL, vamos acompanhar, porque nós sabemos que, à medida que tem recursos gravados, é mais um instrumento de luta e mobilização, porque o Marchezan contingência o orçamento, o Marchezan congela as verbas destinadas às áreas sociais. Um Prefeito que tem a capacidade de dizer que vai fechar a Fundação de Assistência Social, porque não dá lucro, é capaz de muitas coisas! Como é que a assistência social, que é a garantia das políticas públicas mínimas para a população em vulnerabilidade social, vai dar lucro? Nós estamos falando em crianças vítimas de violência, nós estamos falando em pessoas que perderam o trabalho e foram para a situação de rua, nós estamos falando em mulheres vítimas da violência. Quando nós falamos em Fundação de Assistência Social, nós estamos falando da população mais vulnerabilizada, e o Governo diz que vai fechar a FASC, porque não dá lucro! Daqui a pouco, vai querer privatizar as piscinas! Espero estar errada, mas sabes quando tu conheces o tipo e sabes que é difícil? Que bom que tu estejas errada, porque é uma coisa inimaginável o que nós estamos vivendo em Porto Alegre neste momento: descaso, uma política privatista, que justifica o sucateamento com a privatização. Um Prefeito que sucateia para justificar a privatização, como nós estamos vendo, no DMAE, o que vários bairros estão passando por água; ou, no caso da Procempa, que esteve na Tribuna Popular segunda-feira. O Governo pagaria muito mais se fizesse com a iniciativa privada, e sequer esses contratos ele paga. Nós não temos dúvida de que é necessário fazer uma frente de defesa de Porto Alegre, uma frente que defenda os interesses populares e que garanta que aquilo que é fundamental para o povo não seja

atacado. Eu tenho a impressão de que muitos Vereadores são sensíveis a esta causa das piscinas comunitárias. Nós esperamos que esse veto seja derrotado, para, com este instrumento, lutar com vocês para que a verba seja liberada e as nossas crianças, os adolescentes e o povo pobre não fiquem fervendo no verão de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores; o Ver. Marcantônio, na segunda-feira, já colocou que nós temos dificuldade de recursos. Eu, como Relator, não aprovei esta emenda por quê? Porque os recursos são retirados da atração de investimentos para Porto Alegre. Porto Alegre está em crise, sim, em crise. Então, se precisa trazer investimentos para superar a crise. O Vice-Prefeito Paim esteve em Barcelona recentemente, conversando com representantes do Banco Mundial, e não tinha nenhum documento, um prospecto que motivasse o pleito dele diante do Banco Mundial, para trazer um financiamento a fundo perdido. E a Ver.^a Sofia retira R\$ 400 mil desse dinheiro de atração de investimentos. Claro que é meritório, no entanto, falta recurso para tudo. A manutenção das piscinas, o período de operação das piscinas já passou, estamos praticamente em abril. Claro que pode ter recursos para reformas, lógico, mas, se nós não investirmos em superação da crise, não vamos sair da crise. Ela retira 400 mil para atração de investimentos. Eu peço aos Srs. Vereadores, pois temos uma responsabilidade grande para superar o desemprego na nossa Cidade. Depois não reclamem do desemprego, porque nós não trouxemos empresas para Porto Alegre para gerar emprego, para gerar impostos e para gerar renda para nossa Cidade. É importante que a gente não aprove essa emenda da Ver.^a Sofia e aceite o veto do Sr. Prefeito.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, colegas Vereadores; quero fazer um exercício com os colegas. Eu nasci lá no Morro da Cruz, estudei no colégio Oscar Tollens e lembro muito bem quando o colégio nos levava, no verão, nas férias, para atividades no 18º RI. Era um momento de expectativa, porque não tínhamos o que fazer nas férias. Meninos pobres, de uma comunidade carente de Porto Alegre, que ainda é carente, e a escola nos oportunizava fazer atividades esportivas, culturais no 18º RI. Uma vez por semana, o ônibus do Batalhão nos levava a piscinas comunitárias de Porto Alegre. Quem nunca precisou disso realmente acha que R\$ 400 mil é uma fortuna, ou

R\$ 400 mil têm que ser entregues para consultoria. Nós já vimos várias denúncias nos jornais de consultorias que vêm para nossa Cidade para fazer aplicativos, vêm para fazer isso, para fazer aquilo, e não acontece nada. Um Prefeito que não gosta de pobre – e a gente começa a ver surgirem adeptos a isso – e usa sempre a mesma tecla da crise: “crise, crise, crise, crise”. Um Governo que diz que a merenda escolar não pode ser repetida, porque engorda as pessoas; um Governo que diz que a FASC tem que ser extinta, um Governo que não gosta de pobre e diz que não tem que ter piscina para os pobres; diz que não tem que ter merenda escolar para os pobres, diz que não tem que ter a segunda passagem para os pobres trabalharem, porque vai prejudicar os trabalhadores que usam a segunda passagem, e aí diz que tem dinheiro para contratar consultoria, porque nenhuma empresa vai vir para cá por R\$ 400 mil. Não conheço nenhuma empresa que vai vir para Porto Alegre por causa dos R\$ 400 mil. Viajam, vão a Paris, vão à Holanda, vão à Alemanha, e a única coisa que eles trouxeram foi o aeroporto. Eu não sabia que agora a Prefeitura é responsável pela Infraero, não sabia, e ainda vem mentir que a Prefeitura é responsável pela ANAC. Até agora não trouxeram nada! Só viajaram, um ano viajando, é *viajandotour*, estão que nem o Presidente aquele: vai e vem, viagem, viagem, viagem e nada! A Cidade continua suja, a Cidade continua abandonada, e eu faço um apelo aqui: Prefeito Marchezan, devolva Porto Alegre para os porto-alegrenses, devolva Porto Alegre para o seu povo! O senhor, que não gosta de pobre, deixe os pobres viverem nesta Cidade, deixe os pobres tomarem banho nas suas piscinas, deixe os pobres repetirem a merenda escolar, deixe os pobres reciclarem o lixo, deixe os pobres usarem a segunda passagem, é um edital que foi lançado na Cidade, não pode mudar um edital! Deixe a Cidade viver! Não tem dinheiro, Ver. Nedel? Mas, para fazer uma exposição de um filme, tem, duma vergonha no bairro. Um filme para mostrar os CCs passeando no fim de semana, mas eles são obrigados a ir, porque a população não vai mais. A população foi no primeiro, foi no segundo e, quando viu que aquilo lá era um circo – me desculpem os profissionais do circo –, parou de ir. Agora só vão os CCs, que são obrigados a ir, porque têm ficha de ponto lá, se o CC não vai, é cortado. Aí, dinheiro para dar piscina para o povo, dinheiro para o carnaval, dinheiro para dar entretenimento para a população, dinheiro para cortar grama, dinheiro para dar merenda escolar, dinheiro para dar coisas para o povo de Porto Alegre não tem! Dinheiro para fazer filme, exposição de fotografia tem! Acho engraçado isso. Aí, quando não querem nada, usam que vão ter que tirar recurso da saúde e da educação. Acham que, aqui na Câmara, os Vereadores são todos tapados, que nós não sabemos que esses são recursos carimbados, recursos federais que vêm para cá com destino.

Sr. Prefeito Nelson Marchezan, as crianças da Cruzeiro e da Vila Elizabeth, este ano, não usaram as piscinas, porque estão fechadas; as crianças das demais vilas de Porto Alegre usaram as piscinas precariamente. O senhor gastou R\$ 320 mil este ano, nós precisamos de mais recursos para as piscinas. O único divertimento que as crianças pobres da cidade de Porto Alegre têm são as piscinas dos centros comunitários, quando abrem os quartéis da Brigada Militar e do Exército para as atividades nos períodos de férias. Então, o senhor que não tire o direito das crianças pobres – o senhor, que não

gosta de pobre – de se divertirem no verão. E, por favor, devolva a nossa Cidade para o povo de Porto Alegre, ela está muito abandonada, e nós queremos a nossa Cidade de volta. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147 ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; cada um que vem aqui é responsável pelas bobagens que diz. Vem o Ver. João Carlos Nedel, que foi o Relator do orçamento, usar argumentos dizendo que tem que ser mantido o veto, porque já passou o verão, e as piscinas não precisam deste valor de R\$ 400 mil. Desculpe, Vereador, o senhor não sabe nem onde ficam as piscinas! O senhor tinha que ter mais compreensão, porque quem construiu os centros comunitários foi o grande Socias Villela, do seu partido, 45 anos atrás. O senhor deveria dar continuidade e condições para que essas comunidades possam participar, possam ter o seu verão.

(Aparte antirregimental.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Não, não está não! Funcionou no nosso tempo, no tempo em que estava o PT, no tempo em que eu fui Secretário, no tempo em que o Professor Edgar foi Secretário. Nós trabalhávamos o ano todo em parceria com o DMAE, que cedia o cloro, cedia o engenheiro químico; com a Cootravipa, que cedia as pessoas para limpar vestiário, para limpar piscina. O senhor acha que faz falta para o Governo que o senhor defende R\$ 400 mil para cuidar de seis piscinas? É por isso que foram abrir as piscinas em janeiro, em fevereiro. Sabe o que vai acontecer, se nós não derrubarmos esse veto? Vai chegar o verão, não vai ter piscina de novo, e vocês, para abrir, vão ter que gastar R\$ 1 milhão, R\$ 1,2 milhão. O senhor faz com a cabeça que não porque o senhor não conhece a realidade. O senhor nunca foi a uma piscina pública!

(Aparte antirregimental.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Então me diga: onde fica o Cecoflor? Onde fica o Cecopam? Onde fica o Cegeb? Não sabe! Com todo o respeito, são R\$ 400 mil, e isso não é nada para o que as piscinas precisam na questão de estrutura, de motor. Tirou de onde? Do orçamento! Quantas emendas o senhor aprovou, como Relator, de mais de R\$ 400 mil? O senhor tirou de onde?

(Aparte antirregimental.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: O senhor aprovou 18 emendas e, agora, vai ser contra R\$ 400 mil para seis piscinas?

(Aparte antirregimental.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Já que o senhor é contador e é bom em matemática, e eu não sou, dívida 400 por seis, faça essa conta, Ver. Nedel. (Pausa.) Dá R\$ 65 mil, e o senhor acha muito!

Quero deixar a minha posição, vou lutar para derrubar o veto. É necessário! O próprio Líder do Governo, Ver. Moisés, que está aqui, sabe que é necessário. Eles são novos no Governo e sabem as dificuldades que tiveram para abrir as piscinas em função do estado em que elas se encontram. Vou repetir para encerrar: só o que as pessoas das comunidades têm no verão são as piscinas! E R\$ 400 mil, R\$ 65 mil por piscina, não vão fazer falta nenhuma para este Governo que está aí. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial.

O SR. MOISÉS BARBOZA: Boa tarde. Mais uma vez, eu confesso que fico triste. Venho pedir um pouco de atenção dos Pares e do Presidente. Em primeiro lugar, eu conheço o problema, porque vi o esforço da comunidade do Cecopam, que não teria as suas piscinas abertas, e eles se mobilizaram, e vários outros centros. Sei também que a Prefeitura fez um esforço grande para conseguir esses poucos milhares de reais, para conseguir a manutenção das piscinas que estavam abertas. Mas eu fico triste, porque estou vendo, de novo, um discurso populista. E fico mais triste pelas pessoas que vêm até esta Casa e acreditam que, se mobilizando, estando aqui, o dinheiro vai brotar que nem frutos em árvores, ou que nem mato em terreno baldio. Derrubando o veto ou não, nós temos um déficit de mais de R\$ 300 milhões, ou seja, esse dinheiro não vai brotar, derrubando o veto ou não! Eu sei que é ruim ouvir isso, talvez o processo legislativo as pessoas não compreendam, e eu estou aqui, com muito pesar, dizendo uma verdade: derrubando o veto, ou não, R\$ 400 mil não surgem como um passe de mágica! Eu sei que é horrível para um homem público dizer que o dinheiro não existe, tanto quanto parcelar o salário de seu servidor.

E os Vereadores que sobem aqui para dizer a verdade para as comunidades carentes que estão sofrendo pela falta desse recurso são chamados de patifes! Eu não vou admitir que o senhor chame o Ver. João Carlos Nedel de patife! Não vou admitir! Peço que o Presidente registre que aquele senhor chamou um Vereador nobre desta Casa de patife. Eu não vou admitir isso. O Ver. João Carlos Nedel não é do meu partido, mas defenderia, como defenderia até a autora dessa emenda. Isso é falta de educação.

Quero dizer o seguinte também sobre o Vereador que me antecedeu aqui: não vou ouvir mais aqui bravata e mentira, não vou ouvir aqui frases como “o Prefeito Marchezan não quer que tenha piscina”, isso é uma mentira. Esta Administração faz esforço. O Ver. João Bosco disse que sabe do esforço que foi feito pela diretoria de esportes, para que esses centros estivessem abertos. Aqui não é uma competição geográfica de saber onde é a rua do centro, ou uma prova de matemática. Também não vou ficar quieto ouvindo uma mentira gigantesca que o Prefeito Marchezan não quer merenda nas escolas! Que jogada bonita essa de botar em vídeo para compartilhar em rede social em ano eleitoral. Isso não é verdade e nunca foi dito por ninguém aqui. Terceiro: não vou ficar quieto aqui ouvindo de Vereadores que defenderam, há pouco tempo, que tivesse o fim da gratuidade da segunda passagem, que o Prefeito é que não quer dar a gratuidade. Porque eu, como vários colegas, participei de reuniões em que Vereadores que hoje defendem isso defenderam o fim da gratuidade, porque quem paga isso, 80%, segundo esse Vereador, são os empregadores e não os trabalhadores. Tu podes mudar de opinião, mas vamos mudar de opinião abertamente.

E vou além, também não vou quieto aqui ouvindo que os recursos da Prefeitura nos Bairros, porque o coquetel, porque o filme. Nunca foi gasto um real da Prefeitura nos Bairros! Por que ninguém sobe aqui e diz isso? A Secretaria da Cultura e a Prefeitura e as pessoas que vão lá, as entidades que vão ajudar. Não custa um real! Não custa um real de dinheiro público, Ver. André Carús.

Eu respeito todos os Vereadores e gostaria de ser respeitado no meu tempo, e resumo dizendo: é lamentável que a gente faça mobilizações e fique inventando que o dinheiro brota. Tão lamentável quanto ouvir aqui um Vereador ser chamado de patife. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação nominal a Emenda nº 147, destacada, ao PLE nº 024/17, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** a Emenda nº 147 por 22 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**. Rejeitado o Veto Parcial.

Quero dizer, sem tomar parte da discussão, pois o Presidente não pode, que dei um voto quando este projeto foi, pela primeira vez, votado e não encontro razões para que eu mude meu voto. Naquele momento, disse que, por uma graça das circunstâncias – eu tenho três filhos –, permitia-me que eles fossem a um clube particular.

E eu acho que filhos das classes mais carentes da nossa Cidade têm o mesmo direito que os meus. Governar é escolher prioridades, e eu acho que essa é uma, as pessoas têm direito a lazer. Eu voto “sim” também.

O Ver. Cassiá Carpes solicita Licença para Tratamento de Saúde no dia de 13 março de 2018.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 3051/17 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 025/17, que autoriza a permissão de uso do Complexo do Porto Seco às entidades representativas das agremiações carnavalescas participantes do Carnaval de Porto Alegre, bem como autoriza o Poder Executivo a conceder a exploração do Complexo Cultural do Porto Seco para fins de implantação das estruturas permanentes do Carnaval.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Cláudio Janta: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CECE**. Relator Ver. Reginaldo Pujol: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relatora Ver^a Mônica Leal: pela rejeição do Veto Parcial;
- da **COSMAM**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 02-03-18 (sexta-feira).

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em discussão o PLE nº 025/17, com Veto Parcial. (Pausa.) O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 025/17, com Veto Parcial.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; vem de novo a pauta do carnaval, e agora essa questão da permissão de uso do Complexo do Porto Seco para as entidades carnavalescas. Esse foi um projeto enviado pelo Governo Municipal para esta Casa, e nós aprovamos esse projeto. Como o projeto não falava na responsabilidade de quem faria a limpeza e a manutenção do local, nós fizemos uma emenda, a Emenda nº 01. Foi feito um acordo nesta Casa com a participação, inclusive, de Vereadores da base do Governo. A emenda foi aprovada e, depois, foi vetada pelo Sr. Prefeito, mesmo sabendo do acordo que tínhamos aqui.

Uma segunda emenda, da Ver.^a Fernanda Melchionna, nós também aprovamos aqui, e aí não houve acordo, nós fomos para o voto e ganhamos. A emenda é

sobre ceder às entidades carnavalescas os barracões que estão no Porto Seco, porque não adianta entregar o mato e a pista para desfile, se as entidades não puderem ter sob o seu comando os barracões que lá estão.

Em relação à minha emenda, que é a Emenda nº 01, nós vamos precisar manter o veto. Até porque – o Ver. Cassio sabe disso – nós fizemos o acordo para esse carnaval só. O Governo Municipal cortaria a grama, faria todos os preparativos. Como não teve carnaval no Porto Seco, o objeto dessa emenda se perdeu. Quero dizer que, pelas informações que tenho, o Governo Municipal já está fazendo alguma coisa lá, algumas melhorias. Não retornou a luz ainda, os cabos foram todos roubados, mas o Governo se movimenta para repor a luz. Para a grama e outras questões que precisam ser feitas lá, o Governo já deu o pontapé inicial.

Para a minha Emenda nº 01 eu peço que seja mantido o veto, porque o objeto dela, repito, perdeu o sentido sem ter o carnaval. Mas, para a emenda da Ver.^a Fernanda, nós precisamos derrubar o veto, porque estaremos dando condições às entidades carnavalescas para que usem por completo aquele espaço, para que possam usufruir os barracões de acordo com o que havia sido combinado, ou seja, que, se não estivesse no projeto, poderia entrar na permissão de uso, e não está nem na permissão de uso. Na permissão de uso, seria colocado que os barracões estariam sob o comando das entidades carnavalescas. Como não está na permissão de uso que foi assinada entre as entidades carnavalescas e o Governo Municipal, vamos precisar derrubar o veto a esta emenda da Ver.^a Fernanda Melchionna. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 025/17, com Veto Parcial.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu acho que o Bosco já deu um histórico importante a essa questão das votações das emendas aprovadas no projeto que trata do carnaval e, ao mesmo tempo, falou da situação gravíssima da nossa festa. O carnaval é, talvez, a principal festa popular que se encontra no Município de Porto Alegre. O argumento de que a concessão para os carnavalescos viabilizaria o carnaval neste ano se mostrou, na realidade, irrealizável. Nós tivemos o cancelamento dos desfiles no Porto Seco e, pela primeira vez na história do carnaval, não teremos o desfile competitivo entre as escolas. No ano passado, o carnaval de Porto Alegre já foi uma resistência pura. Todos lembram que, na sexta-feira de carnaval, não houve desfile da série Prata em função do PPCI, que não foi liberado. Pela primeira vez na história, a Liga foi responsável por toda a questão da infraestrutura. Não vou entrar aqui nos méritos internos da organização das entidades carnavalescas, mas na responsabilidade do Poder Público em garantir a infraestrutura. Isso não aconteceu no ano passado e,

neste ano, a emenda do Bosco garantia isso, mas, uma vez que não vai ter desfile lá, ele tem razão em relação ao veto.

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: O veto é um só, ele me alerta agora, não é fracionado. Nós estávamos aceitando o encaminhamento do veto da emenda nº 01, porque não haverá desfile no Porto Seco, e a capina está sendo realizada. A emenda nº 02 também foi assinada por nós, do PSOL e construída por todos. O projeto prevê que, depois da concessão às entidades que fazem o carnaval, haja a possibilidade da privatização pelo Governo, e não tem nenhuma segurança de que os barracões seguirão sendo usados pelas entidades para a confecção dos seus desfiles, e nenhuma segurança de que eles sigam sendo públicos. Ao contrário: na Exposição de Motivos, o Governo fala disso. Nas reuniões que o Ver. Bosco participou com as entidades, o Governo fala isso, mas, na lei, que é o que vale quando tem qualquer dúvida jurídica, não existe. E a gente sabe que o Governo Marchezan tem se configurado como um Governo privatista, que quer privatizar tudo na cidade de Porto Alegre, desde... Bom, ele disse que a FASC tem que fechar, porque não dá lucro. Assistência social: olha que loucura! Imaginem a estrutura dos barracões. Então, nós, que estávamos aceitando a questão do veto à Emenda nº 01 e iríamos sugerir a derrubada do veto à Emenda nº 02, agora reorganizamos o encaminhamento a partir da clareza de que as emendas foram vetadas conjuntamente, e se vota uma vez só. Resumindo: para garantir que os barracões, quando se retorne ao Porto Seco, sigam sendo utilizados pelas escolas de samba para a confecção de todo o material usado nos desfiles, para o desenvolvimento da cadeia produtiva no carnaval, que é muito vasta e muito rica – inclusive, este ano, não pode se expressar, porque a marca do Governo foi o desmonte do carnaval de uma forma geral –, nós precisamos derrubar o veto. Mais do que isso: nós estamos fazendo esta discussão na semana em que, pela primeira vez, haverá um desfile na orla. Mas não haverá o carnaval de Porto Alegre no Porto Seco, com as características competitivas, com as características do carnaval. Haverá um desfile das escolas, que vai ser muito mais de resistência, para mostrar ao Governo Marchezan que não é um governo que vai matar a história da festa popular da cidade de Porto Alegre. Vai ser o carnaval da resistência, e a Câmara pode cumprir um papel importante neste momento, dando uma sinalização aos milhares de porto-alegrenses que são das escolas, que desfilam, que acompanham de que lado estará nesta história. Nós apostamos na derrubada do veto e pedimos a todos que derrubem o veto junto conosco.

(Não revisado pela oradora.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 025/17, com Veto Parcial.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; estou me inscrevendo para conversar um pouco sobre o veto, até porque, lá na Comissão de Finanças e Orçamento, fui o Relator e, no meu Relatório, me posicionei pela manutenção do veto. Ouvindo o Ver. Bosco Vaz, digo que foi praticamente o que eu registrei no Relatório: a primeira emenda destinava recursos para 2018, que não aconteceu, portanto, não havia por que mantermos essa emenda. Sobre a emenda seguinte, da Ver.^a Fernanda, eu basicamente me posicionei seguindo o que consta no § 2º do art. 2º, que, na verdade, teve uma exposição do Prefeito. Eu me coloco na posição de que as atribuições, as cedências e tudo o que diga respeito aos barracões, uma vez cedidos às entidades carnavalescas, o que deve reger e acontecer é uma negociação, uma tratativa entre as entidades carnavalescas e o Poder Público, no caso, o Município de Porto Alegre. Portanto, se nós temos no § 2º do art. 2º que a forma de negociação, de condução dos barracões seria prevista, negociada e escrita na concessão, não tem por que nós aqui impormos uma regra que talvez nem seja o que queiram os próprios carnavalescos. Eu jamais recebi um carnavalesco ou uma liderança do carnaval pedindo que me manifestasse favorável. Se não recebi essas lideranças do carnaval pedindo uma manifestação favorável, é porque talvez os próprios carnavalescos, enquanto direção do carnaval, não estejam muito de acordo com a emenda proposta. Por isso, eu vou manter a posição que eu expressei no meu Relatório, que é a manutenção do veto. É isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 025/17, com Veto Parcial.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Presidente, colegas Vereadores; eu só vou fazer uma recapitulação: este projeto, esta emenda, no dia da votação, o Ver. João Bosco propôs às duas Ligas e às escolas que estavam presentes retirar o projeto, pedindo que votássemos contra o projeto. O Governo, através dos seus Líderes, pediu um tempo, nós adiamos a votação, voltamos no outro dia, e, novamente, foi pedido mais um tempo. Voltamos para o plenário na quarta-feira, quando o Governo deu acordo para a votação. Este plenário votou essa emenda, que nada mais é do que estrutura para realização do carnaval de Porto Alegre. Já foi dito aqui o quanto faturou São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia com a parada *gay*. Quando nós começamos a discutir isso aqui, eu falei o quanto faturou Minas, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Florianópolis com o carnaval. Eu acho, Ver. Moisés Barboza, que é populismo ofertar para o povo de Porto Alegre uma coisa e, depois, vetar. Quando as galerias estavam ocupadas pelas escolas de samba, o Governo ofertou e aceitou a emenda. Depois, na calada da noite, o Governo vem e veta. O Governo vem fazendo populismo com a sua base, com os Vereadores, e o seu Líder diz que nós é que estamos fazendo populismo quando aprovamos emendas beneficiando a população de Porto Alegre, indo de encontro ao Prefeito, que não gosta de pobre. Então faz populismo, quando aprova a

emenda da sua base. As senhoras e os senhores que estão em casa, quem está me ouvindo através das redes e da TV Câmara está entendendo o que eu estou falando. Se aprovar uma emenda de R\$ 400 mil para as piscinas populares para o povo carente da cidade de Porto Alegre é populismo, se aprovar uma emenda de R\$ 60 mil para parada gay é populismo, então, aprovar a emenda de todos os Vereadores da base aliada é populismo. Quem está fazendo populismo? Nós, que estamos defendendo a população carente de Porto Alegre, o povo de Porto Alegre, ou o Prefeito, que faz populismo com a sua base, que não vai entregar para os senhores as emendas com que se comprometeu? Eu acho que o Líder vem aqui e confessa. Quando eu lá estava – e tive tempo de ver que estava errado –, quando disse ao Prefeito que nós tínhamos que tirar a segunda passagem, diminuir o valor da passagem e não aumentar em 6%, valor acima do valor do salário dos rodoviários, isso me fez sair da Liderança do Governo. Não compactuei com a retirada da segunda passagem e não diminuir o valor dela, coisa que está ocorrendo agora: tiraram 50% da segunda passagem e aumentaram a passagem em 6,18%. Isso é populismo. Populismo é não ter dinheiro para dar para várias atividades populares de Porto Alegre e fazer a Prefeitura nos Bairros. O Líder do Governo não me contestou aqui quando eu disse que é só CC que vai na Prefeitura nos Bairros, obrigados. Populismo é quando o Governo usa o dinheiro público para fazer a promoção do filme, quando são obrigados a assinar o livro ponto; sabem que lá estive, sabem que estou falando a verdade. Agora não tem dinheiro para dar para as piscinas populares e está fazendo uma exposição de autopromoção novamente, como foi com o seu filme, de fotos de Prefeitos de Porto Alegre, para chegar até o momento atual.

Eu quero dizer que eu não tenho nada com o Ver. Moisés Barboza, o Vereador é um suplente. A gente sabe das dificuldades que tem um suplente nesta Casa para cumprir as tarefas que lhes são determinadas, ainda mais quando o Prefeito é do seu partido, a tarefa é mais árdua ainda. Nós, Vereadora, não estamos fazendo populismo, nem estamos preocupados com eleição. Se estivesse preocupado com eleição, eu não pegava pautas que pego nesta Casa, que, muitas vezes, vão de encontro à população de Porto Alegre, mas são coisas que eu considero, pelo meu caráter, pela minha formação política, sindical e que meu pai e minha mãe me deram, que eu tenho que defender. Nunca me preocupei se ia ser eleito ou não, se ia ter voto ou não, sempre defendi essas pautas. Agora, eu sempre vou estar do lado do povo de Porto Alegre. Então, eu não estou preocupado com nada disso, eu saio na rua de cabeça erguida. A posição que eu tenho aqui dentro eu tenho na rua. A posição que eu tenho aqui dentro eu tenho nas vilas, nas praças e nos logradouros desta cidade de Porto Alegre. Ela é sempre a mesma. Sou sempre igual, eu não dou um discurso aqui e, lá na rua, falo outra coisa. O que eu falo aqui dentro, eu reafirmo lá na rua. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 025/17, com Veto Parcial.

O SR. MAURO ZACHER: Boa tarde, Vereadores e Vereadoras, eu acompanhava atentamente o bom debate das emendas que estão vetadas pelo Governo, o que a mim não causa nenhuma estranheza, porque são justamente aquelas emendas que tentam minimizar a ausência de serviços, ou de recursos para segmentos populares, ou para estruturas públicas, como é o caso dos centros comunitários, dos recursos para o movimento LGBT, ou para o carnaval. Depois de um ano de Governo, não causa mais estranheza. Depois que o Prefeito, em vários momentos, afirmou e reafirmou que, para ele, as mudanças não vão ser feitas pelo seu João ou pela dona Maria, e sim pelas elites, o Prefeito já mostrou para quem ele governa. Para ele, as mudanças serão feitas de poucos para poucos, contrariando a história desta Cidade de participação popular. Que bom quando nós ainda tínhamos um Orçamento Participativo vivo, tínhamos uma participação popular, e esta Casa fazia um grande acordo sobre o que era decidido democraticamente, e as emendas não eram uma praxe ou uma tradição desta Casa. Infelizmente voltamos, porque o recurso, o acesso que a população mais carente tem, Ver.^a Mônica, é o Parlamento, que usa dos seus instrumentos regimentais, pois não tem nada de feio apresentar emendas, pelo contrário. As comunidades estão vindo bater às nossas portas porque, quando um Centro Comunitário fecha, quando não tem mais alternativa, elas buscam na Câmara, nos seus Vereadores a possibilidade de garantir um pequeno orçamento, para que não fechem aquelas estruturas tão importantes para elas, que têm muito poucos aparelhos públicos para as crianças e os adolescentes usarem.

É em cima disso que nós estamos batendo na tecla, porque sabemos das dificuldades financeiras, estamos, a todo o momento, apresentando propostas alternativas para o Governo. Nós sabemos que as receitas do Município, no que diz respeito aos repasses, ainda não deram o resultado que a Prefeitura aguardava, que a Fazenda aguardava, mas, no que diz respeito às receitas municipais, é possível ainda melhorar muito. Trouxemos ao Governo Municipal exemplos, como é o caso de Canoas, que conseguiu atrair mais de 20 mil empresas e quase triplicar o seu orçamento com política de arrecadação. É evidente que o momento exige cortar despesa, mas é necessário qualificar a arrecadação. Mas é um governo arrogante! É um governo que não escuta! É um governo que não tem humildade de olhar para o lado, nem para o passado. Parece que as dificuldades e a escassez de recurso iniciaram agora, e que, agora, então, tem que apresentar o modelo que a Cidade tem rejeitado.

Eu digo isso e trago exemplos. Veja como são as coisas, Ver. Dr. Goulart! Nós, que somos da esquerda, baixamos impostos; os liberais, os neoliberais querem aumentar impostos, como foram apresentados, nesta Casa, o aumento do IPTU e a base de cálculo de ISS, enfim. O que falta para este Governo é diálogo, é ter humildade, é olhar para as belas experiências que nós temos em vários Municípios. Eu citei Canoas, mas poderia citar outras tantas cidades que têm enfrentado a crise e conseguido garantir serviços básicos.

Temos uma cidade esburacada, o mato está dessa altura, é uma cidade abandonada! Por onde o Prefeito passa e fala com os investidores, é um desânimo, porque as pessoas não acreditam mais que Porto Alegre possa sair do buraco em que está, cada vez mais, se enterrando. Eu acredito. Nós queremos continuar fazendo o

debate e apresentando propostas, para que nós possamos enfrentar a crise que aí está e que nós reconhecemos, mas garantindo os serviços básicos à população que mais precisa na nossa Cidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal – às 16h37min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA – DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2985/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 331/17 –, de autoria do Ver. José Freitas, que estabelece a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em terminais e pontos de parada de ônibus municipais.

PROC. Nº 3172/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 367/17 –, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui o evento Festa Romaria Portuguesa no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no mês de outubro.

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; discutindo a Pauta, eu quero parabenizar o Ver. José Freitas, que protocola um projeto que estabelece a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em terminais e pontos de parada de ônibus no Município. Quero dizer que há uma lei de minha autoria, de quando passei nesta Casa na primeira vez, que estabelece que, nos bancos, se tenha

atendimento às pessoas idosas, gestantes e deficientes físicos no primeiro andar, exceto naqueles que tenham elevador. É uma lei antiga, que já estabelecia essa prerrogativa nos bancos da Cidade. Acho que busca dar uma preferência, eu até não gosto do “prioritário”, às vezes tem que ter cuidado. Vamos analisar, mas o mérito é muito válido para que nós possamos proteger essas pessoas que naturalmente têm imensa dificuldade em locais públicos e particulares de se locomoverem, de ocuparem os espaços devido a seus problemas, que são momentâneos muitas vezes. Mas isso estabelece uma capacidade de carinho, de boa atenção, de uma Prefeitura poder atender melhor ao cidadão que tem algum problema.

O Sr. João Bosco Vaz: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Para contribuir, Ver. Cassiá, é um projeto meritório, importante, mas a Prefeitura primeiro tem que botar os bancos nas paradas de ônibus, porque não tem bancos, para, depois, os idosos poderem ter a preferência para sentar nesses bancos.

O SR. CASSIÁ CARPES: É verdade. Obrigado, Vereador. Nós tivemos aqui um debate – muita gente não gostou, Robaina –, quando votamos, aprovamos e derrubamos o veto do Prefeito em relação aos locais públicos, como as piscinas comunitárias. Nós nem precisaríamos ter projetos dessa natureza, ou emendas, se a Prefeitura atuasse, se tivesse secretários que se interessassem! Manutenção, gente! Não precisava ter projeto para manutenção! Precisa, Ver. Barboza, é ter secretarias que façam a sua parte, Ver. Freitas. O que está acontecendo?

Na semana passada, e com maior prazer dou... Há mais de um ano, esperavam a pintura de uma quadra – eu dei a tinta – ali em Teresópolis, onde a gurizada tem uma escolinha de futsal com uma quadra que não tinha marcação. Eles ficaram felizes da vida, passaram o final de semana inteiro jogando! Às vezes, até a secretaria é do meu partido, lamentavelmente. Não atuam! A SMAM está parada. A secretaria que está nas mãos do nosso amigo Ver. Ramiro Rosário vai para um lado, quando volta, o capim já está alto. Então, não dá! Nós temos que tomar decisões. Nós estamos no mesmo assunto de 2017, o Prefeito está no mesmo assunto de 2017. Nós já estamos em 2018, e ele continua insistindo no IPTU. Mas vá administrar! Agora, tem o seu orçamento, faça com esse orçamento, os outros fizeram com os orçamentos deles, Ver. Barboza, com deficiências também! As secretarias têm que atuar, e não ficar esperando pelo Prefeito. Secretário tem que tomar decisão! Os secretários não estão tomando decisão nesta Cidade, não estão atuando, não estão administrando, não estão fazendo manutenção da Cidade. Aí nós temos que estar votando emendas, projetos para fazer manutenção lá dum setor de piscina ou de um centro comunitário. Isso é vergonhoso! Isso é não atuar! Chega de empurrar com a barriga, empurrar para a Câmara! Executivo tem que executar, não está executando! Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Sr. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. RICARDO GOMES: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu quero fazer um apelo aos colegas, reiterando uma combinação que fizemos no dia de hoje, na reunião de Líderes. Nós concluímos todos, na reunião de Líderes, que a nossa pauta é extensa, que não temos conseguido dar vencimento à nossa pauta, e que as votações ficam sendo postergadas. Acabamos sequer conseguindo avaliar os vetos do Governo, o que dirá votar os projetos dos Vereadores e os próprios projetos do Executivo, que são importantes para a Cidade. Não conseguimos evoluir na nossa pauta. Combinamos, em reunião de Líderes, de manter o quórum até às 18h, para prosseguirmos com as votações. Agora são 16h44min. Hoje, às quatro e meia da tarde, cai, de novo, o quórum. Os colegas não se comprometeram, como combinado na reunião de Líderes, em fazer as votações. Isso nos expõe a uma situação perante a opinião pública e perante outras lideranças que nos cobram, e começamos a dar razão a quem nos cobra, dizendo que a Câmara não faz o seu papel. Nós temos uma pauta de mais de 15 projetos para votar, são quatro e meia da tarde, e não temos mais quórum. Faço agora, da tribuna, o apelo que fiz e que colegas fizeram: nos comprometemos, o Ver. Oliboni estava lá. Não se trata daquela retirada de quórum como ação política para não debater ou para não votar, em determinado momento, um projeto, isso é da liberdade dos colegas, é um instrumento regimental. Trata-se de nos comprometermos em estender mais as Sessões, para podermos vencer a pauta. Nós estamos nos colocando numa situação de dificuldade perante a opinião pública. Como é que, às quatro e meia da tarde, a Câmara não tem mais condição de avaliar os projetos? É um pedido aos colegas para que nós nos comprometamos a estender mais as Sessões, para vencer a pauta, os nossos próprios projetos, que não conseguimos votar. Gostaria de pedir a compreensão dos colegas, para que não nos constranjamos perante a opinião pública. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sra. Vereadora, hoje eu resolvi substituir a Ver.^a Sofia e o Ver. Pujol no microfone, mas é importante, porque eu acho que está pujante hoje a Pauta. Até porque hoje é o primeiro dia que vem à Câmara de Vereadores a minha filha, Linda Anis, com seus sete meses.

(Aparte antirregimental do Ver. Cassio Trogildo.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Ainda bem que puxou a mãe, diz o Ver. Cassio! Hoje ela está aqui na Câmara, bem faceira. Então, vou usar este tempo para

falar sobre um projeto do Ver. José Freitas – não que eu esteja legislando em causa própria – que estabelece a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O Ver. José Freitas apresentou esse projeto, de outra forma, para estabelecimentos – bares, restaurantes, *shopping centers*, cinemas e teatros. Agora apresenta esse projeto para as paradas e os terminais de ônibus, como os Pares já falaram aqui. É de extrema importância também que tenhamos assentos para toda a população que usa o sistema de ônibus, não somente para essas pessoas especiais, mas para toda a população.

Quero também falar sobre no que falou o Governo. O Governo disse que não tivemos quórum, que foi feito um acordo com o colégio de Líderes. Uma parte de partidos vinculados ao Governo disse que vai ter amanhã uma Sessão Extraordinária. O meu partido não concorda, e a oposição me avisou que também não concorda. Mais três partidos também me disseram que não concordam. Então o Governo usou a sua base, no colégio de Líderes, para ditar um ritmo na Câmara de Vereadores, e o plenário está provando que não concorda. O plenário, na Câmara, é soberano. A Câmara de Vereadores é soberana. Quando o Governo não cumpre os acordos assinados com esta Câmara de Vereadores, cabe a esta Câmara de Vereadores ditar o seu ritmo. Nós estávamos começando a discutir um veto do Governo para o que o Governo deu acordo aos seus Líderes, à sua base, à oposição e aos blocos independentes. Trata-se de uma emenda do carnaval que disponibiliza o Porto Seco para o carnaval. Mas o Prefeito, que não gosta de pobre, que não gosta da cultura popular, que não gosta da população carente da nossa Cidade... A sua base, os Vereadores da situação fizeram esse acordo com os blocos independentes e com a oposição, e o Prefeito que não gosta de pobre foi lá e vetou. Isso oportunizou, como no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e em todas as Câmaras do Brasil, que as minorias usassem o Regimento, e as minorias usaram o Regimento da Casa. O Regimento permite isso, que o Governo faça uma reflexão, que os acordos feitos neste plenário, que Governos passados fizeram e cumpriram, voltem ao bom exemplo da democracia. Ninguém é obrigado a fazer acordo, mas quando faz, que cumpra. Aprendi isso na minha profissão, aprendi isso também na minha atividade sindical: o acordo é bom para ambas as partes, quando as partes o fazem. O Governo fez um acordo com esta Casa na emenda do carnaval, e esta Casa votou a emenda – oposição, independentes e base do Governo; então o Governo que cumpra esse acordo que foi feito. Não foi só nessa emenda, já teve outros projetos e outras emendas que assim foi feito. E nos restou usar os independentes e até alguns membros da base do Governo, porque, para seguir a Sessão, precisava de 24 votos, e nós tivemos exatamente 12 Vereadores numa Casa de trinta e seis. Só para fazer o registro, Sra. Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Gostaria de registrar a presença do ex-Vereador Kevin Krieger e cumprimentá-lo.

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu aguardava essa oportunidade temeroso de que ela não pudesse acontecer no dia de hoje. Entendia que, tendo a Casa que se debruçar especialmente na complementação do exame de vários vetos apresentados pelo Sr. Prefeito a projetos de lei, o dia de hoje seria utilizado fortemente na conclusão dessa tarefa. Por razões que não vão ser avaliadas, a maciça maioria da Casa, num repente, resolveu esvaziar esse projeto e determinar que a Ordem do Dia, que havia se iniciado por volta das 15h30min, fosse interrompida às 16h30min. Isso faz com que a gente possa, no dia de hoje, fazer um pequeno comentário a respeito desses dois projetos que tramitam em 1ª Sessão, na chamada discussão preliminar, meu querido amigo Kevin Krieger, cuja presença na Casa me dá muita satisfação. No primeiro caso, o PLL nº 331/17, do meu querido amigo José Freitas, que estabelece a reserva de assentos preferenciais para idosos, gestantes, obesos, lactantes e pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida em terminais e pontos de parada de ônibus municipais. É um projeto extremamente valioso no que diz respeito à criação de condições positivas para que esse segmento da comunidade gaúcha bastante expressivo tenha, nos nossos abrigos, um tratamento específico e favorável. Mas eu acho, Sr. Presidente, que esse projeto, como vários outros belíssimos projetos concebidos nesta Nação, na Câmara de Porto Alegre, na Assembleia Legislativa do Estado e, também, na Câmara e no Senado Federal, contém uma característica que me preocupa. Todos eles preveem situações positivas para um determinado setor da comunidade, mas não dizem de onde vão sair os recursos para que isso aconteça. Nós sabemos que hoje o Município abriu mão temporariamente de uma receita que tinha na tributação dos usuários de transporte coletivo. Equivocadamente, a gente acha que empresário paga imposto; não, empresário recolhe o imposto devido e transfere para a autoridade competente. Os abrigos municipais há mais tempo foram concebidos como algo que poderia ser colocado pela empresa privada, que se remuneraria o seu custo com a publicidade, com a propaganda que ali seria colocada. Aliás, tem trabalhos interessantíssimos nesse particular. O que acontece, Sra. Presidente, é que no momento presente, aqui em Porto Alegre, há uma expectativa em torno de uma legislação mais flexível a ser desdobrada, porque a hoje existente é impeditiva, essa é a verdade, para que as parcerias público-privadas nesse setor possam ser concretizadas com empresas capacitadas e, através da propaganda, através dos anúncios, se recolherem recursos capazes de, em parte, serem transferidos à administração pública para o custeio e a manutenção de vários serviços, especialmente aqueles que ocorrem na via pública, ou seja, os chamados mobiliários urbanos.

Sra. Presidente, eu quero, com toda a tranquilidade e com toda a lisura possível, alertar o meu bom amigo Ver. José Freitas de que esse seu projeto precisará ser mais bem estudado no seu desenvolvimento na Casa, para que, ao fim e ao cabo, não gere, eventualmente, uma aprovação de lei que vem, depois, acompanhada de um veto, com a alegação de que estamos criando despesa, que não estamos nos envolvendo na administração dos bens municipais e assim por diante. Por isso, Sra. Presidente, fica este meu pronunciamento contendo esse alerta desprezioso, que faço no dia de hoje, porém, objetivo. Vamos ver, examinando melhor, se esse belo projeto tem condições de

ser viabilizado sem criar graus de inconstitucionalidade que, eventualmente, venham resultar em veto por parte da Administração Municipal. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Mônica Leal): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h.)

* * * * *